

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES – em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de
2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Senhores Acionistas,

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (**INEPAR**), em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos relevantes do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A cultura do desafio e empreendedorismo sempre tiveram destaque no DNA da INEPAR.

A INEPAR atua há mais de 62 anos no desenvolvimento da indústria e infraestrutura do Brasil, destacando-se energia, petróleo e gás, equipamentos de processo, manuseio de materiais, compensação reativa e transporte de massa. No Brasil, a INEPAR fabricou turbinas e geradores que respondem por mais de ¼ da energia gerada diariamente; atuou em 100% das 15 refinarias da Petrobras e participou da construção de 7 plataformas de exploração de petróleo; entregou aproximadamente 3.000 pontes rolantes para uma variedade de indústrias no país e no exterior; produziu as maiores máquinas de movimentação de minério em atividade; produziu mais de 30% de compensação reativa em grandes transferências de geração de energia para

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

linhas de transmissão; desenvolveu a maioria das linhas de transmissão de alta e extra alta tensão; efetuou reparo, manutenção, supply e manufatura em mais de 200 locomotivas; e em telecomunicações foi pioneira na televisão à cabo, telefones celulares CDMA e sem fio. Parcerias com grupos de liderança mundial, dentre eles, GE, Andritz, Hyundai, Triunfo, ajudaram a INEPAR nessa construção e demonstram a capacidade empreendedora da Companhia. A INEPAR também está presente na bolsa de valores brasileira desde 1980, já chegando a ser uma das dez maiores companhias em valor de mercado da Bovespa.

Mesmo com todas essas credenciais, a INEPAR indiscutivelmente se deparou com um ambiente macroeconômico e político desafiador no Brasil ao longo dos últimos anos, que expôs certos setores à volatilidade e riscos financeiros. Em particular, os setores industrial e de infraestrutura - seus setores de atuação - têm sido afetados por pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança.

Felizmente, mesmo sob forte influência desse cenário de desaceleração impactando seus negócios, a INEPAR vem conseguindo manter fundamentos operacionais sólidos: qualidade, influência na cadeia de valor, diferenciação tecnológica e acervo de destaque.

A administração empossada em Setembro de 2014, já dentro do ambiente de Recuperação Judicial, havia executado um diagnóstico profundo e iniciou um forte procedimento de ajuste interno em todas as empresas do Grupo, visando a adequação de suas estruturas e processos, com o objetivo de melhorar seu desempenho operacional e financeiro.

A reestruturação dos processos empresariais, a readequação dos custos em relação às receitas e a otimização das atividades entre as Empresas do Grupo,

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

questões que já vinham sendo tratadas nos últimos anos, foram intensificadas em 2015.

O processo de recuperação Judicial trouxe à mesa todos os principais credores do Grupo INEPAR, o que permitiu iniciarmos um processo de renegociação dos passivos financeiros existentes, visando à adequação da estrutura de capital necessária para as principais empresas do grupo.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em assembleia geral de credores em 13 de maio de 2015 e homologado judicialmente em 21 de maio de 2015. A aprovação se deu por expressiva maioria (aproximadamente, 88% em valor na média das Classes, sendo que em quantidade mais de 80% em cada Classe).

A homologação do Plano permitiu a estabilização da estrutura de capital da INEPAR - somente a emissão de novas ações da Companhia e debêntures perpétuas conversíveis, em integralização por créditos quirografários, representa uma redução de R\$ 1.516 milhões em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Concomitantemente ao trabalho que foi e continua sendo desenvolvido junto aos principais credores, também foram desenvolvidas ações para monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa das empresas do Grupo. Um dos primeiros resultados obtidos foi à venda de fatia da participação da IESA Projetos Equipamentos e Montagens, em sua Joint Venture com a empresa Triunfo Construtora, a TIISA S.A.

O fechamento da operação de venda da participação do Grupo INEPAR na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, foi concretizado no ano de 2015, cujos benefícios se estendem desde o acesso a recursos para adesão ao Refis, como nos

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

permitiram consolidar as negociações com Itiquira Energética e Swiss RE, as quais encerraram uma discussão jurídica que se estendia há anos no judiciário e que liberou, no seu fechamento, penhores judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas também, e, talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR. A alienação da participação em Energisa Mato Grosso S.A., por exemplo, resultou em uma diminuição do passivo superior ao valor da efetiva venda.

Outras operações estão sendo analisadas, visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais. Todos os recursos já obtidos foram utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

Em 2016, a Administração continuará empenhada em cumprir o processo de Recuperação Judicial do Grupo INEPAR em todos os seus aspectos e na constante evolução de suas práticas de compliance e governança corporativa. 2016 é também um ano para progredirmos e assegurarmos o desdobramento das metas e objetivos para todos os níveis da organização, visando sempre a geração de valor para nossos Stakeholders.

A competência e o empenho de todos aqueles envolvidos no processo de estabilização da Companhia, somados ao apoio e à confiança dos nossos credores e dos acionistas na Administração, foram fundamentais para que a INEPAR alcançasse uma estrutura de capital equilibrada, tão importante para sua consolidação e retomada de seu crescimento. Avançamos muito em 2015

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

e, com a contribuição de todos, faremos de 2016 um ano de novas conquistas.

PROCESSO GLOBAL DE REESTRUTURAÇÃO

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo INEPAR, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRE).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira das Companhias.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo INEPAR, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

- iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios.
- iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, do plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.
- v. Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.
- vi. Como não houve quórum na primeira convocação, a Assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.
- vii. Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.
- viii. Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão, homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo INEPAR.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

- ix. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial, os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a controladora INEPAR S/A Indústria e Construções, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores quirografários da Recuperação Judicial.

Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissões de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 mil para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 mil para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção de repagamento C e D do plano, respectivamente. Na mesma AGE, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 83.978 mil mediante a emissão particular de 23.732.367 novas ações ordinárias pelo preço de R\$ 3,5385 por ação a serem integralizadas por créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção A e B.

Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissões de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 mil para a 8ª

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

emissão e de R\$ 3.926 mil para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção de repagamento C e D do plano, respectivamente. Na mesma AGE, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 79.614 mil, mediante a emissão particular de 22.499.035 novas ações ordinárias pelo preço de R\$ 3,5385 por ação a serem integralizadas por créditos existentes de credores quirografários sujeitos ao plano que optaram pela opção A e B.

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780 mil.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A melhoria na estrutura de capital advinda do endividamento tributário também é uma conquista. A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos, com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foi concedida

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI. Na consolidação dos débitos no âmbito da RFB e PGFN realizada em setembro de 2015, já utilizamos parte destes créditos para liquidação da antecipação prevista na Lei 12.966/2014. As consolidações dos débitos tributários foram efetuadas de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015. A Companhia está em fase de consolidação dos débitos previdenciários, o que deverá ocorrer em breve.

A INEPAR, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

Venda da participação acionária da Iesa Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S/A.

Venda da participação acionária da controladora INEPAR no capital da Andritz Hydro INEPAR do Brasil S/A.

Alienação da participação acionária da controladora INEPAR no capital da Energisa Mato Grosso S/A.

Já dentre as medidas de reestruturação operacional, destacam-se:

(I) Integração das atividades de administração – o Grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada e, por consequência dessa decisão, o Grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. A partir do segundo semestre de 2014, a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, com consolidação desse processo em 2015, obtendo resultados satisfatórios. Foi promovida uma adequação do quadro funcional, compatível

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

com a situação de mercado e carteira de encomendas da empresa, propiciando sensível redução nas despesas administrativas.

(ii) Melhoria contínua dos processos – Todas as metas do processo produtivo foram revistas, visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabemos da necessidade de investimentos, e iniciamos pelos que demandam poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (a) maior rigidez e controle das atividades, (b) fusão de departamentos e (c) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

Em suma, a mudança positiva na estrutura de capital da INEPAR poderá ser verificada com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo na presente Demonstração Contábil da INEPAR S.A. Indústria e Construções: de 2014 para 2015, a INEPAR registrou uma redução contábil de R\$ 1.539 milhões em seu passivo exigível e um incremento de R\$ 1.154 milhões em seu patrimônio líquido. Entretanto, mesmo com essa melhora substancial, o patrimônio líquido do Grupo Inepar permaneceu negativo em [R\$ 349,4 mil].

A Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de ativos non-core e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável em última instância ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização. É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume de discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes com alta probabilidade de êxito resultantes de discussões

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privada.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que no período encerrado em 31/12/2015 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	174	2.667	5.114	4.833
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	21.270	5.826	194.812	99.765
Contas a receber de clientes a faturar	7	-	10.391	65.205	61.502
Títulos e valores mobiliários	8	32.780	32.780	32.805	32.805
Estoques	9	-	-	242.266	375.581
Títulos a receber	10	-	-	21.866	17.929
Créditos de impostos	11	20.615	12.314	43.708	28.090
Dividendos a receber		-	-	8.560	8.582
Despesas antecipadas		-	3	1.544	597
Outros créditos	12	989	1.586	27.547	33.350
Total do Ativo Circulante		75.828	65.567	643.427	663.034
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	7	-	-	35.917	36.828
Contas a receber de clientes a faturar	7	482	482	482	482
Partes relacionadas	23	541.091	33.194	257.962	158.303
Títulos a receber	10	7.774	7.774	7.927	7.774
Títulos e valores mobiliários	8	13.071	11.265	72.264	70.458
Créditos de impostos	11	67.355	101.834	121.239	140.116
Depósitos judiciais		14.800	15.205	36.364	40.089
Outros créditos	12	-	-	43.322	60.364
Investimentos	13	537.544	528.502	262.677	622.574
Imobilizado	14	137.673	145.124	381.675	411.502
Intangível	15	391.513	391.513	422.299	458.980
Total do Ativo Não Circulante		1.711.303	1.234.893	1.642.128	2.007.470
Total do Ativo		1.787.131	1.300.460	2.285.555	2.670.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014 REAPRESENTADO	31/12/2015	31/12/2014 REAPRESENTADO
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		19.277	19.493	99.070	205.405
Financiamentos e empréstimos	16	74.688	886.122	197.211	1.123.416
Debêntures	17	115.955	110.083	115.955	566.044
Salários e encargos sociais		16.947	13.343	274.474	327.570
Impostos e contribuições a recolher	18	207.949	54.376	297.548	201.876
Dividendos propostos		4.231	10.493	4.255	10.739
Provisão de custos e encargos	19	-	-	347.793	347.682
Adiantamentos de clientes	20	8.476	-	86.833	190.334
Títulos a pagar	21	3.170	30.631	3.309	33.024
Outras contas a pagar	26	134.072	18.635	185.894	57.252
Total do Passivo Circulante		584.765	1.143.176	1.612.342	3.063.342
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Financiamentos e empréstimos	16	245.405	390	272.179	23.851
Salários e encargos sociais		-	-	16.263	-
Impostos e contribuições a recolher	18	256.052	450.189	445.622	648.343
Partes Relacionadas	23	520.365	327.190	21.324	10.958
Impostos diferidos	22.1	35.052	74.197	115.273	115.403
Títulos a pagar	21	1.600	26.367	1.600	27.498
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	24	68.497	221.157	124.921	260.301
Provisão para passivo a descoberto	25	392.371	535.257	1.260	595
Outras contas a pagar	26	15.973	15.096	21.916	21.037
Total do Passivo Não Circulante		1.537.618	1.652.146	1.022.661	1.110.289
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
Participação dos minoritários		-	-	(14.196)	(8.265)
Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)					
Capital social	27	407.299	398.977	407.299	398.977
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		155.272	1.995	155.272	1.995
Reserva de reavaliação		35.669	53.767	35.669	53.767
Debêntures Perpétuas		247.861	-	247.861	-
Créditos quirografários a converter		217.780	-	217.780	-
Prejuízos Acumulados		(2.200.933)	(2.025.694)	(2.200.933)	(2.025.694)
Ajuste de avaliação patrimonial		804.873	79.166	804.873	79.166
		(335.252)	(1.494.862)	(335.252)	(1.494.862)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(335.252)	(1.494.862)	(349.448)	(1.503.127)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)					
		1.787.131	1.300.460	2.285.555	2.670.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Receita operacional líquida	29	19.829	39.586	451.017	619.331
Custos dos produtos e serviços		<u>(11.455)</u>	<u>(19.319)</u>	<u>(279.727)</u>	<u>(766.801)</u>
Lucro bruto		8.374	20.267	171.290	(147.470)
Receitas [despesas] operacionais		(221.520)	(732.606)	(407.981)	(510.356)
Despesas com vendas		(28)	(890)	(15.550)	(23.322)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes		(1.707)	(110.697)	(2.073)	(124.237)
Administrativas e gerais		(23.994)	(23.876)	(100.519)	(118.103)
Provisões para contingências	24	151.639	(142.311)	64.174	(164.533)
Outras receitas e despesas operacionais	30	(252.575)	(10.250)	(346.779)	(91.320)
Resultado da equivalência patrimonial		<u>(94.855)</u>	<u>(444.582)</u>	<u>(7.234)</u>	<u>11.159</u>
Resultado operacional		(213.146)	(712.339)	(236.691)	(657.826)
Despesas financeiras	31	(167.254)	(219.095)	(271.112)	(378.575)
Receitas financeiras	31	99.959	117.386	156.517	174.779
Resultado antes do imposto de renda		(280.441)	(814.048)	(351.286)	(861.622)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	22.2	79.871	548	176.511	1.986
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	22.2	(527)	32.153	(33.226)	55.109
Participações administradores/funcionários		-	(90)	-	(353)
Participações acionistas minoritários		-	-	6.904	23.443
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(201.097)	(781.437)	(201.097)	(781.437)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		86.123.467	39.892.065		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		<u>63.136.159</u>	<u>63.136.159</u>		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(1.292,62)	(7.146,73)		
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		<u>(1.421,88)</u>	<u>(7.861,41)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros				Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Debêntures Perpétuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controladores no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Reserva Legal	Ações em Tesouraria	Lucros a Disposição Assembléia				Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP	Ajuste de Avaliação Patrimonial			
	Subscrito													
Em 31 de dezembro de 2013 - Reapresentado	398.977	(3.073)	4.621	2.209	(8.303)	54.022	-	-	61.589	74.561	(5.910)	(741.321)	14.945	(726.376)
Prejuízo do Exercício						(781.437)						(781.437)	(23.443)	(804.880)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)						4.395						4.395		4.395
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CEMAT)						8.615						8.615		8.615
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (PENTA)						415						415		415
Ajustes de Instrumentos Financeiros										9.043		9.043		9.043
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas										5.428		5.428		5.428
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior										-		-	233	233
Outros Resultados Abrangentes												14.471	233	14.704
Resultado Abrangente Total												(753.541)	(23.210)	(776.751)
Reserva Legal				(2.209)		2.209						-		-
Reserva de Capital			(2.626)			2.626						-		-
Reserva de Lucros					(54.022)	54.022						-		-
Realização da Reserva Reavaliação						7.822			(7.822)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado						3.956				(3.956)		-		-
Em 31 de dezembro de 2014 - Reapresentado	398.977	(3.073)	1.995	-	(8.303)	-	-	-	53.767	70.605	8.561	(1.494.862)	(8.265)	(1.503.127)
Prejuízo do Exercício						(201.097)						(201.097)	(6.904)	(208.001)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida (CBD)						4.395						4.395		4.395
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas										1.421		1.421		1.421
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior												-	769	769
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas										727.651		727.651	204	727.855
Outros Resultados Abrangentes												729.072	973	730.045
Resultado Abrangente Total												532.370	(5.931)	526.439
Aumento de Capital - 84ª AGE de 25/11/2015	4.272		79.707									83.979		83.979
Aumento de Capital - 85ª AGE de 28/12/2015	4.050		75.565									79.615		79.615
Transações de Capital com os Sócios												163.594	-	163.594
Debêntures perpétuas - 6ª emissão - 84ª AGE de 25/11/2015							167.234					167.234		167.234
Debêntures perpétuas - 7ª emissão - 84ª AGE de 25/11/2015							66.433					66.433		66.433
Debêntures perpétuas - 8ª emissão - 85ª AGE de 28/12/2015							10.268					10.268		10.268
Debêntures perpétuas - 9ª emissão - 85ª AGE de 28/12/2015							3.926					3.926		3.926
Créditos quirografários a converter								217.780				217.780		217.780
Reserva especial de ágio na incorporação			(1.995)									(1.995)		(1.995)
Realização da Reserva Reavaliação						18.098			(18.098)			-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado						3.365				(3.365)		-		-
Em 31 de dezembro de 2015	407.299	(3.073)	155.272	-	(8.303)	-	247.861	217.780	35.669	67.240	737.633	(335.252)	(14.196)	(349.448)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
		REAPRESENTADO
Resultado Líquido do Exercício	(201.097)	(781.437)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexa	4.395	13.425
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	9.043
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	1.421	5.428
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	769	233
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas	727.855	-
Participação dos Minoritários	(6.904)	(23.443)
Resultado Abrangente do Exercício	526.439	(776.751)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	(201.097)	(781.437)	(201.097)	(781.437)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	6.766	6.829	21.686	22.218
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	(35.680)	-	190.443	6.189
Reversão prov. perdas imobilizado/investimentos	-	-	-	(3.275)
Amortização de ágio Cemat	124.358	-	124.358	-
Equivalência patrimonial	94.855	444.582	7.234	(11.159)
Baixa dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - FIDC	-	7.152	-	7.152
Participação de acionistas minoritários	-	-	6.904	23.443
Reserva especial de ágio na incorporação	(1.995)	-	(1.995)	-
Variações monetárias e cambiais	22.174	99.155	41.236	175.920
Impostos diferidos	527	(32.153)	33.226	(55.109)
Provisões (Reversões)	(152.660)	141.575	(141.654)	445.191
Resultado do exercício ajustado	(142.752)	(114.297)	80.341	(170.867)
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber de Clientes	(5.053)	20.683	(97.840)	133.938
Estoques	-	8.153	133.315	34.929
Títulos a receber	-	47.675	(4.090)	21.301
Dividendos a receber	-	3.080	-	-
Créditos de impostos	25.668	3.825	2.588	13.955
Despesas antecipadas	3	270	(947)	5.450
Outros créditos	1.002	17.304	26.570	47.112
	21.620	100.990	59.596	256.685
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	5.027	1.015	3.921	52.312
Salários e encargos sociais	4.417	6.930	(33.238)	116.002
Impostos e contribuições a recolher	(40.564)	17.187	(139.607)	42.034
Provisão para impostos diferidos	(1.145)	(1.168)	37.886	(12.212)
Dividendos a pagar	-	-	(222)	-
Adiantamentos de clientes	8.476	(2.118)	(55.100)	(98.043)
Títulos a pagar	(1.391)	(27.864)	(84)	(29.215)
Outras contas a pagar	213.359	(15.198)	253.738	(60.448)
	188.179	(21.216)	67.294	10.430
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	67.047	(34.523)	207.231	96.248
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	22	40.227
Aquisições de novos investimentos	-	-	-	(45.575)
Baixas de investimentos	-	-	-	55.269
Ganho sobre participações	-	-	(4.982)	3.901
Títulos e Valores Mobiliários	-	140.460	-	151.203
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	(3)	(2.033)	(15.961)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(80.156)	179.825	(13.731)	(27.204)
Recebimento pela venda de imobilizado/Investimentos	57.500	-	57.500	-
	(22.656)	320.282	36.776	161.860
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	13.087	27.891
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(240.058)	(105.088)	(267.179)	(261.144)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	(1.284)	-	(16.891)
Operações de mútuos com empresas ligadas	193.174	(201.458)	10.366	(100.163)
Debêntures	-	(9.726)	-	-
	(46.884)	(317.556)	(243.726)	(350.307)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(2.493)	(31.797)	281	(92.199)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	2.667	34.464	4.833	97.032
Saldo final do caixa e equivalentes	174	2.667	5.114	4.833
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES	(2.493)	(31.797)	281	(92.199)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
RECEITAS	(135.699)	6.166	291.540	580.370
Venda de mercadorias, produtos e serviços	20.701	41.081	486.979	648.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.707)	(39.275)	(2.074)	(81.983)
Outras Receitas / Despesas	(154.693)	4.360	(193.365)	13.987
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	111.053	(225.494)	(264.253)	(923.813)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(6.979)	-	(324.040)	(164.634)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	-	-	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	118.032	(225.494)	59.787	(759.179)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(24.646)	(219.328)	27.287	(343.443)
Depreciação e Amortização	(6.766)	(6.829)	(21.686)	(22.218)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(31.412)	(226.157)	5.601	(365.661)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.104	(327.196)	149.283	185.938
Resultado de Equivalência Patrimonial	(94.855)	(444.582)	(7.234)	11.159
Receitas Financeiras	99.959	117.386	156.517	174.779
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(26.308)	(553.353)	154.884	(179.723)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	7.405	8.822	45.010	222.262
Salários e encargos	6.072	6.298	27.129	158.712
Benefícios	975	1.834	13.453	32.645
FGTS	358	690	4.428	30.905
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2	-	45.377	16.981
Federais	-	-	39.966	12.514
Municipais	2	-	5.411	4.467
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	167.382	219.262	272.498	385.914
Juros	167.254	219.095	271.112	378.575
Aluguéis	128	167	1.386	7.339
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(201.097)	(781.437)	(208.001)	(804.880)
Prejuízo do Exercício	(201.097)	(781.437)	(201.097)	(781.437)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(6.904)	(23.443)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(26.308)	(553.353)	154.884	(179.723)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a Assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a Assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta Assembleia foi adiada para 13 de maio de 2015, às 10 horas.

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequencia aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S/A Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

Portanto, os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures estão refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6º, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou a Companhia a aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre o Lucro Líquido). A Companhia está em fase de consolidação dos débitos previdenciários, o que deverá ocorrer em breve.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

-Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S/A.

-Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S/A.

-Venda da participação acionária da controladora Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.

-Alienação da participação acionária da Inepar no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A(atual Energisa Mato Grosso S/A).

Quanto às medidas de reestruturação operacional, destacamos as seguintes:

Integração das atividades de administração – o grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada e por consequência dessa decisão, o grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. A partir do segundo semestre de 2014 a Companhia iniciou o processo de integração dessas atividades e obteve neste exercício resultados satisfatórios reduzindo o quadro de funcionários e gerando uma redução significativa nas despesas administrativas.

Melhoria contínua dos processos – Todas as metas do processo produtivo foram revistas visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabe-se da necessidade de investimentos, iniciando pelos que demandarem poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (i) maior rigidez e controle das atividades, (ii) fusão de departamentos e (iii) modernização e substituição de maquinários obsoletos.

Redução significativa do endividamento do Grupo Inepar na ordem de R\$ 1.539 milhões, tendo em vista as conversões dos passivos com as debêntures perpétuas e ou ações emitidas.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 29 de abril de 2016.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S/A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 – Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 – Contratos de Construção.

3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 – Contratos de construções, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

NOTA 4 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1.979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, e CPC 26(RI) – Apresentações das Demonstrações Contábeis, a Companhia preparou para fins de comparação a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2014 compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), que estão identificados com a nomenclatura “Reapresentado”, referente ao estorno da reversão de passivo realizada de forma inadequada no exercício de 2013, de débitos indevidamente incluídos no Refis estabelecido pela Lei nº 12.865/13, de 09 de outubro de 2013, já que os referidos débitos não estavam em consonância com a referida Lei. Também foram registrados como despesas financeiras no exercício de 2014 os juros incidentes sobre os passivos anteriormente revertidos.

Abaixo, quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas informações:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Posição contábil em 31/12/2014	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2014
Controladora				
<u>Passivo não Circulante</u>				
Impostos e contribuições a recolher	(a)	125.459	324.730	450.189
Provisão para passivo a descoberto	(a)	454.191	81.066	535.257
 <u>Patrimônio Líquido</u>				
Prejuízos acumulados até 2013	(a)	(876.121)	(368.136)	(1.244.257)
Resultado do exercício de 2014	(a)	(743.777)	(37.660)	(781.437)
 Consolidado				
<u>Passivo não Circulante</u>				
Impostos e contribuições a recolher	(a)	242.547	405.796	648.343
 <u>Patrimônio Líquido</u>				
Prejuízos acumulados até 2013	(a)	(876.121)	(368.136)	(1.244.257)
Resultado do exercício de 2014	(a)	(743.777)	(37.660)	(781.437)

(a) Reversão de ajuste referente ao REFIS.

		Posição contábil em 31/12/2014	Ajuste para equiparação das demonstrações	Posição Ajustada em 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Controladora				
Equivalência patrimonial	(a)	(437.059)	(7.523)	(444.582)
Despesas financeiras	(b)	(188.958)	(30.137)	(219.095)

a) Efeito líquido da reversão de ajuste referente ao REFIS nas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A

b) Reversão de ajuste referente ao REFIS.

Consolidado				
Despesas financeiras	(c)	(340.915)	(37.660)	(378.575)

c) Reversão de ajuste referente ao REFIS.

NOTA 5 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

• Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
Descrição	31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Divida Bancária	36.010	31.241	45.013	54.015
Exposição Líquida - R\$ Mil	36.010	31.241	45.013	54.015
Exposição Líquida - US\$ Mil	9.222	9.222	9.222	9.222
Taxa Dólar	3,90	3,39	4,88	5,86

Cenário I: Variação de taxa na média atual do dólar

Cenário II: Variação de 25% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 50% na taxa do dólar

Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 9,222 milhões, conforme quadro acima.

Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	2.649	18	-	2.667	Fornecedores (f)	19.493	19.493
Contas a receber (b)	-	16.217	-	16.217	Empréstimos e financ. (g)	886.122	886.122
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.780	-	32.780	Debêntures (h)	110.083	110.083
Títulos a receber (d)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	30.631	30.631
Outros créditos (e)	-	-	1.586	1.586	Outras contas a pagar (j)	18.635	18.635
Total Circulante	2.649	49.015	1.586	53.250	Total Circulante	1.064.964	1.064.964
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financ. (g)	390	390
Títulos e valores mobiliários (c)	-	11.265	-	11.265	Títulos a pagar (i)	26.367	26.367
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	15.096	15.096
Total Não Circulante	-	19.521	-	19.521	Total Não Circulante	41.853	41.853
TOTAL GERAL	2.649	68.536	1.586	72.771	TOTAL GERAL	1.106.817	1.106.817

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	155	19	-	174	Fornecedores (f)	19.277	19.277
Contas a receber (b)	-	21.270	-	21.270	Empréstimos e financ. (g)	74.688	74.688
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.780	-	32.780	Debêntures (h)	115.955	115.955
Títulos a receber (d)	-	-	-	-	Títulos a pagar (i)	3.170	3.170
Outros créditos (e)	-	-	989	989	Outras contas a pagar (j)	134.072	134.072
Total Circulante	155	54.069	989	55.213	Total Circulante	347.162	347.162
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financ. (g)	245.405	245.405
Títulos e valores mobiliários (c)	-	13.071	-	13.071	Títulos a pagar (i)	1.600	1.600
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	15.973	15.973
Total Não Circulante	-	21.327	-	21.327	Total Não Circulante	262.978	262.978
TOTAL GERAL	155	75.396	989	76.540	TOTAL GERAL	610.140	610.140

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	2.839	1.994	-	4.833	Fornecedores (f)	205.405	205.405
Contas a receber (b)	-	161.267	-	161.267	Empréstimos e financ. (g)	1.123.416	1.123.416
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.805	-	32.805	Debêntures (h)	566.044	566.044
Títulos a receber (d)	-	17.929	-	17.929	Títulos a pagar (i)	33.024	33.024
Outros créditos (e)	-	-	33.350	33.350	Outras contas a pagar (j)	57.252	57.252
Total Circulante	2.839	213.995	33.350	250.184	Total Circulante	1.985.141	1.985.141
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	37.310	-	37.310	Empréstimos e financ. (g)	23.851	23.851
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	70.458	70.458	Títulos a pagar (i)	27.498	27.498
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	21.037	21.037
Outros Créditos (e)	-	-	60.364	60.364			
Total Não Circulante	-	45.084	130.822	175.906	Total Não Circulante	72.386	72.386
TOTAL GERAL	2.839	259.079	164.172	426.090	TOTAL GERAL	2.057.527	2.057.527

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes (a)	352	4.762	-	5.114	Fornecedores (f)	99.070	99.070
Contas a receber (b)	-	260.017	-	260.017	Empréstimos e financ. (g)	197.211	197.211
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.805	-	32.805	Debêntures (h)	115.955	115.955
Títulos a receber (d)	-	21.866	-	21.866	Títulos a pagar (i)	3.309	3.309
Outros créditos (e)	-	-	27.547	27.547	Outras contas a pagar (j)	185.894	185.894
Total Circulante	352	319.450	27.547	347.349	Total Circulante	601.439	601.439
Não Circulante					Não Circulante		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financ. (g)	272.179	272.179
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	72.264	72.264	Títulos a pagar (i)	1.600	1.600
Títulos a receber (d)	-	7.927	-	7.927	Outras contas a pagar (j)	21.916	21.916
Outros Créditos (e)	-	-	43.322	43.322			
Total Não Circulante	-	44.326	115.586	159.912	Total Não Circulante	295.695	295.695
TOTAL GERAL	352	363.776	143.133	507.261	TOTAL GERAL	897.134	897.134

(a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

(b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 8 itens “b” e “c”.

(d) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada PENTA Participações e Investimento Ltda..

(e) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária na TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

(f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

(g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

(h) Debêntures

O valor de mercado dessas debêntures se aproxima substancialmente do respectivo valor contábil.

(i) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

(j) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

NOTA 6- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos Conta Movimento	19	18	4.763	1.994
Aplicação Financeira	155	2.649	351	2.839
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	174	2.667	5.114	4.833

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 7 – CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cientes Interno	33.663	28.633	343.087	228.909
Cientes Externo	-	8	6.209	2.565
Empresas Ligadas	-	-	-	246
PCLD (Provisão para Perdas)	(11.911)	(11.942)	(52.880)	(33.143)
Total	21.752	16.699	296.416	198.577
Circulante	21.270	16.217	260.017	161.267
Não circulante	482	482	36.399	37.310

Os valores contabilizados em PCLD são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Debêntures Ibrafem (a)	13.071	11.189	72.264	70.382
Outras Aplicações e Títulos (b)	32.780	32.856	32.805	32.881
	45.851	44.045	105.069	103.263
Circulante	32.780	32.780	32.805	32.805
Não circulante	13.071	11.265	72.264	70.458

a) O valor de R\$ 72.264 no consolidado (R\$ 70.382 em 31/12/2014) refere-se, principalmente a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes à Inepar e 38.740 debêntures pertencentes a Iesa Transportes S.A. - em Recuperação Judicial.

Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, realizada em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

b) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

NOTA 9 – ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Produtos em elaboração	2.116	1.236
Insumos e materiais	156.750	157.498
Adiantamentos a fornecedores	38.251	78.889
Importações em andamento	45.149	137.958
	242.266	375.581

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

NOTA 10 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos com Prefeitura de Chapecó (b)	-	-	17.706	17.912
Debêntures 1ª emissão CDB	-	-	4.142	-
Outros créditos	-	-	171	17
	7.774	7.774	29.793	25.703
Circulante	-	-	21.866	17.929
Não circulante	7.774	7.774	7.927	7.774

a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS – Depto Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

b) O valor de R\$ 17.706, lançado no consolidado, refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

NOTA 11 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e cont. social diferido (a)	317	17.953	317	17.953
Impostos e contribuições a compensar	3.858	4.350	6.209	8.872
ICMS a recuperar	53	53	4.300	2.073
IPI a recuperar	974	974	1.544	1.355
Pis/Cofins Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	20.241	15.737	33.984	20.566
Impostos e contribuições retidos na fonte	165	154	5.235	6.398
IRPJ Diferido s/ Diferenças Temporárias	25.540	41.355	54.510	64.709
CSLL Diferido s/ Diferenças Temporárias	9.194	14.888	19.623	23.295
Créditos tributários transferidos de terceiros (c)	1.998	-	6.069	-
Créditos fiscais a compensar	6.423	-	11.791	-
Demais Créditos (d)	10.768	10.245	12.926	14.546
	87.970	114.148	164.947	168.206
Circulante	20.615	12.314	43.708	28.090
Não circulante	67.355	101.834	121.239	140.116

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados junto à Receita Federal do Brasil.

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada neste exercício. Estes créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vincendas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP.

d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 12 – OUTROS CRÉDITOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a Empregados	65	133	2.435	2.435
Créditos com empresas constit. em SCP (a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamento a Fornecedores	382	1.013	5.034	1.053
ND a Emitir / Receber	-	-	729	500
Valores a Receber - venda participação TIISA (b)	-	-	29.803	60.335
Créditos com a Central Cia. Transporte (c)	-	-	16.293	16.293
Outros	542	440	7.728	4.251
	989	1.586	70.869	93.714
Circulante	989	1.586	27.547	33.350
Não circulante	-	-	43.322	60.364

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se à venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 13 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação em controladas/coligadas (a)	534.905	363.136	226.585	423.755
Saldo de ágio apurado em Investimento (b)	-	162.374	-	162.374
Bens não operacionais (c)	23	376	23	376
Propriedade para Investimentos (d)	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos (e)	2.616	2.616	3.304	3.304
	537.544	528.502	262.677	622.574

a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					31/12/2015	31/12/2014
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. (i)	200.809	(385.825)	(131.938)	(131.938)	-	-
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (ii)	146.174	41.562	(11.936)	(5.968)	-	26.749
Companhia Brasileira de Diques S.A. (iii)	2.637	340.313	(14.139)	(7.030)	169.204	171.838
Penta Participações e Investimento Ltda. (iv)	230.601	169.420	6.436	6.436	169.419	162.984
Inepar Equip. e Montagens S.A.	191.423	196.282	51.757	51.757	196.282	-
Innovida Participações S.A.	12.541	(6.546)	(9.669)	(8.112)	-	1.565
				(94.855)	534.905	363.136

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O . N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equip. e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliações emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA apresentar Patrimônio Líquido negativo em 31 de dezembro de 2015, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 25.

(ii) Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.

Em 13 de fevereiro de 2015 foi assinado contrato de compra e venda de ações em que a Inepar S.A Indústria e Construções alienou para a Andritz Brasil Ltda a totalidade de sua participação na Andritz Hydro Inepar S.A. representadas por 29.046.870 ações pelo valor de R\$ 52.500. Com a efetivação da venda da participação que a Inepar possuía na Andritz, o processo descrito acima está sendo encerrado.

(iii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

(iv) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT. Em 11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

b) Saldo de ágio apurado em investimento

Refere-se ao ágio apurado sobre recompra de 44.997.530 ações preferenciais da Inepar Energia S.A.(sociedade incorporada) junto ao BNDESPAR, por conta do exercício de direito de venda estipulado no contrato de “*put option*”. Este ágio está fundamentado por expectativa de rentabilidade futura nas operações das Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT, principal operação da sociedade incorporada Inepar Energia S.A., e foi apurado com base em Laudo apresentado por empresa especializada. Em 31 de dezembro de 2015 efetuamos a baixa deste ágio em virtude da alienação deste investimento ao BNDES, conforme Termo de abertura de proposta emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e homologado pelo MM. Juiz de Direito responsável pelo processo de recuperação judicial da Companhia.

c) Bens não operacionais

Referem-se a imóveis (terrenos) de propriedade da Companhia.

d) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, que foi transferido pela controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial. Conforme distrato de 01/10/2014, o imóvel acima foi devolvido a IESA Óleo & Gás S.A.- em recuperação judicial.

e) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Controladora	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Veículos	Instalações e	Equipamentos	Outros	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios		Ferramentas	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%		2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	20.129	197.815	25.061	2.426	12	13.585	4.940	3.989	267.957
Depreciação Acumulada	-	(80.254)	(23.571)	(2.403)	(12)	(9.897)	(4.929)	(1.767)	(122.833)
Valor contábil líquido	20.129	117.561	1.490	23	-	3.688	11	2.222	145.124
Baixas	-	-	(1.408)	(2.405)	-	(8.070)	(4.924)	-	(16.807)
Depreciação	-	(4.003)	(192)	(3)	-	(2.567)	(2)	-	(6.766)
Baixas da Depreciação	-	-	1.347	2.401	-	7.449	4.924	-	16.122
Saldo Final	20.129	113.558	1.237	15	-	501	9	2.222	137.673
Em 31 de Dezembro de 2015									
Custo	20.129	197.815	23.653	21	-	5.515	16	3.989	251.150
Depreciação Acumulada	-	(84.257)	(22.416)	(5)	-	(5.014)	(7)	(1.767)	(113.477)
Valor contábil líquido	20.129	113.558	1.237	16	-	501	9	2.222	137.673

Consolidado	Edificações e		Máquinas e	Móveis e	Veículos	Instalações e	Equipamentos	Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios		Ferramentas	de Informática	Imobilizações	
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 14%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	29.741	231.687	235.938	10.062	2.161	19.104	22.467	86.084	637.244
Depreciação Acumulada	-	(86.159)	(103.789)	(7.258)	(1.611)	(11.359)	(13.799)	(1.767)	(225.742)
Valor contábil líquido	29.741	145.528	132.149	2.804	550	7.745	8.668	84.317	411.502
Adições	-	-	1.624	8	-	22	379	-	2.033
Baixas	-	-	(24.117)	(2.474)	-	(10.022)	(5.044)	-	(41.657)
Depreciação	-	(4.466)	(9.773)	(432)	-	(2.856)	(1.452)	-	(18.979)
Baixas da Depreciação	-	-	12.610	2.424	-	8.714	5.028	-	28.776
Transferências	-	-	(1.110)	-	-	2.826	-	(1.716)	-
Saldo Final	29.741	141.062	111.383	2.330	550	6.429	7.579	82.601	381.675
Em 31 de Dezembro de 2015									
Custo	29.741	231.687	212.335	7.596	2.161	11.930	17.802	84.368	597.620
Depreciação Acumulada	-	(90.625)	(100.952)	(5.266)	(1.611)	(5.501)	(10.223)	(1.767)	(215.945)
Valor contábil líquido	29.741	141.062	111.383	2.330	550	6.429	7.579	82.601	381.675

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2014			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 31 de Dezembro de 2015			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO	Consolidado					
	Marcas e Patentes	Acervo Técnico	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2014						
Custb	247	5.000	937	34.076	425.485	465.745
Amortização acumulada	(247)	-	(488)	(6.030)	-	(6.765)
Valor contábil líquido	-	5.000	449	28.046	425.485	458.980
Baixas	-	-	-	-	(33.972)	(33.972)
Amortização	-	-	(88)	(2.621)	-	(2.709)
Saldo Final	-	5.000	361	25.425	391.513	422.299
Em 31 de Dezembro de 2015						
Custb	247	5.000	937	34.076	391.513	431.773
Amortização acumulada	(247)	-	(576)	(8.651)	-	(9.474)
Valor contábil líquido	-	5.000	361	25.425	391.513	422.299

No valor de R\$ 425.485 no consolidado lançado na rubrica de ágio sobre investimentos, está incluso o valor de R\$ 33.972 referentes à compra da participação, em 2011, na TIISA – Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e foi gerado em função da expectativa de rentabilidade futura. Em virtude da baixa de toda a participação da Companhia na TIISA, o ágio foi baixado integralmente para o resultado do exercício de 2015.

O valor de R\$ 391.513, lançado na rubrica de Ágio sobre Investimentos, refere-se à compra, em 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques S.A., conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças. Conforme já comentado na nota explicativa nº 4, em função das alterações dos normativos contábeis IFRS 10 e IFRS 11, vigentes a partir de 2013, a Companhia CBD não é mais contemplada nas demonstrações financeiras consolidadas e o ágio será integralmente classificado e apresentado no intangível.

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfiz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 16 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio		-	-	14.114
Arrendamentos Financeiros		-	17.061	12.602
Ativo Permanente	18.701	528.262	31.467	697.124
Capital de Giro	55.987	71.918	148.904	115.422
Investimento	-	285.942	-	285.942
Custos com transf. Financeiras	-	-	(221)	(1.788)
Total Circulante	74.688	886.122	197.211	1.123.416

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio	-	-	23.244	-
Arrendamentos Financeiros	245.405	-	249.023	9.949
Ativo Permanente	-	390	-	1.990
Capital de Giro	-	-	-	12.221
Custos com trans. Financeiras	-	-	(88)	(309)
Total Não Circulante	245.405	390	272.179	23.851
Total de Empréstimos e Financiamentos	320.093	886.512	469.390	1.147.267

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos	57.588	885.909	154.700	946.309
Em até 12 meses	17.100	213	42.802	94.205
De 1 a 2 anos	38.600	390	42.485	87.814
De 2 a 3 anos	40.518	-	42.455	18.939
De 3 a 4 anos	49.576	-	51.513	-
De 4 a 5 anos	61.970	-	63.907	-
Acima de 5 anos	54.741	-	71.528	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	320.093	886.512	469.390	1.147.267

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Reais - R\$	320.093	886.512	433.380	1.118.648
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	36.010	28.619
Total de Empréstimos e Financiamentos	320.093	886.512	469.390	1.147.267

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,90 em 31 de Dezembro de 2015 (R\$ 2,66 em 31 de dezembro 2014).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

A redução dos saldos dos empréstimos e financiamentos ocorreu em função da conversão dos passivos em debêntures perpétuas e ou ações emitidas pela Companhia, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial. A diferença entre o passivo baixado e o valor justo das debêntures perpétuas ou

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações emitidas foi reconhecida como parte do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e não como resultado do exercício.

Destacamos também a liquidação parcial dos passivos junto ao BNDES, através da cessão da participação acionária da CEMAT, no valor de R\$ 151.792, conforme Termo de abertura de proposta constante do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037.

NOTA 17 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA/ CONSOLIDADO)

Emissão	Empresa	Saldo	Adições/	Varição	Saldo
		31/12/2014	Baixas	Monetária	31/12/2015
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	110.083	-	5.872	115.955
	SALDO CONTROLADORA	110.083	-	5.872	115.955
1ª	Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	455.961	- 455.961	-	-
	SALDO CONSOLIDADO	566.044	(455.961)	5.872	115.955

Na Controladora

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 31 de dezembro de 2015, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 115.955.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

No Consolidado

Primeira emissão Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial (subsidiária integral)

Em novembro de 1998, foram emitidas e totalmente subscritas 48.571 debêntures de série única, conversíveis em ações preferenciais, com garantia flutuante, no montante de R\$ 36.810.

A emissão das debêntures foi aprovada nas 4.ª e 5.ª AGE de 19 de agosto e de 09 de outubro de 1998, respectivamente, e registrada na CVM sob o n.º SEP/GER-2/DCA-98/043, em 19 de novembro de 1998. Através da Ata da 27ª Assembleia Geral Extraordinária, a Inepar Equipamentos aprovou o reescalonamento dos débitos junto ao BNDES, assumindo o compromisso de efetuar a amortização dos débitos em 120 prestações mensais, acrescidos de juros de 4% a.a acima da TJLP.

As atualizações foram calculadas de acordo com as cláusulas contratuais do contrato original, desconsiderando o acordo aprovado na 27ª AGE de 09 de junho de 2011, citada no parágrafo anterior. As atualizações estavam sendo reconhecidas com base em acordos informais com o BNDES levando-se em consideração os sucessos nas negociações anteriores onde foram excluídas, principalmente, as aplicações de multa e mora sobre os valores devidos.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de debêntures a pagar encontra-se zerado, tendo em vista a conversão do passivo em debêntures perpétuas.

A Inepar Equipamentos e Montagens S/A – em recuperação judicial efetuou a baixa das debêntures devidas ao BNDES tendo como contrapartida a conta de mútuo com a controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial. As debêntures perpétuas emitidas pela Inepar e utilizadas para liquidação dos passivos constantes do Plano de Recuperação Judicial foram classificadas como instrumentos patrimoniais, pois as mesmas não geram a obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações. As diferenças entre os passivos baixados e o valor justo das debêntures foram reconhecidas como parte do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e não como resultado do exercício.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 18 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	364.775	439.454	412.971	593.896
ICMS a recolher/Parcelamentos	34.474	32.095	44.216	33.942
INSS a recolher/Parcelamentos	3.623	3.346	20.858	98.748
PIS/COFINS Diferidos	518	387	12.394	11.331
ISS a recolher/Parcelamentos	6.910	6.596	18.708	16.703
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	5.749	17.290	32.950	67.154
Impostos e Contribuições retidos na fonte	-	-	3.501	2.704
IRPJ e CSLL Parcelamento	-	-	-	6.577
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	41.070	-	181.850	-
Outros	6.882	5.397	15.722	19.164
	464.001	504.565	743.170	850.219
Circulante	207.949	54.376	297.548	201.876
Não Circulante	256.052	450.189	445.622	648.343

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da RFB. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.

O valor de R\$ 412.971, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	364.775
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	34.977
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	13.219
TOTAL	412.971

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, estão sendo reconhecidos neste exercício tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

O valor de R\$ 181.850, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 12.996/14 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	41.070
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	111.015
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	29.765
TOTAL	181.850

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 19 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	6.371	7.290
ISS s/Receitas	-	-	762	1.169
Custos a Incorrer	-	-	342.963	341.526
	2.303	2.303	350.096	349.985
Circulante	-	-	347.793	347.682
Não Circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$ 342.963, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

NOTA 21 - TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. (a)	3.676	5.154	3.677	5.154
Cia. Siderúrgica Nacional (b)	-	23.299	-	23.299
ZF Hurt (c)	-	-	-	3.524
AAP - Atlântico Agropastoril Ltda (d)	-	27.420	-	27.420
Outros	1.094	1.125	1.232	1.125
	4.770	56.998	4.909	60.522
Circulante	3.170	30.631	3.309	33.024
Não Circulante	1.600	26.367	1.600	27.498

- a) Valores devidos à Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.(nova razão social da GE Hydro Inepar do Brasil S.A.), por conta da subscrição de 6.246.331 ações ordinárias efetuada em 04 de fevereiro de 2008, com vencimentos em 10 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela foi liquidada em 31/12/2008 e as demais em 31/12/2009, 31/12/2010, 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015.
- b) Refere-se ao processo Judicial movido pela CSN. O passivo foi constituído em 1998 pela compra da participação da Fem, formando assim a Inepar-Fem Equipamentos e Montagens, atual Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. Em 27 de março de 2009, foi assinado entre a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, instrumento particular de confissão de dívidas e outras avenças, definindo novos valores e condições de pagamentos. Neste exercício, o valor de R\$ 23.299, foi liquidado através da conversão do passivo em debêntures perpétuas e ou ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Refere-se à importação de materiais utilizados na execução do contrato do Metrô-SP, pela controlada Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial. A Companhia negociou novas condições de pagamento. Neste exercício o passivo foi liquidado através da conversão em debêntures perpétuas e ou ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial.
- d) Refere-se à compra de Direitos Creditórios com vencimentos mensais, à partir de 05/10/2014 até 05/07/2022. Estes valores serão utilizados para liquidação de processos tributários. Neste exercício o passivo foi liquidado através da conversão em debêntures perpétuas e ou ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial.

NOTA 22 – IMPOSTOS DIFERIDOS

22.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora						
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2014	17.954	56.243	74.197	17.952	56.886	(641)	74.197
Constituição dos Tributos	17.427	-	17.427	-	-	16	16
Baixa dos Tributos	(35.064)	(21.508)	(56.572)	(618)	(38.543)	-	(39.161)
Em 31 de dezembro de 2015	317	34.735	35.052	17.334	18.343	(625)	35.052

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado								
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos					
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2014	30.449	75.510	105.959	17.952	5.265	5.387	74.480	12.319	115.403
Constituição dos Tributos	25.793	7.143	32.936	-	41.579	258	-	1.521	43.358
Baixa dos Tributos	(42.168)	(22.275)	(64.443)	(618)	(2.678)	(245)	(39.865)	(82)	(43.488)
Em 31 de dezembro de 2015	14.074	60.378	74.452	17.334	44.166	5.400	34.615	13.758	115.273

22.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(280.441)	(814.048)	(351.286)	(861.622)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	(2.206)	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	(55.463)	(118.457)	(68.438)	60.889
Prejuízo Fiscal	79.344	-	142.400	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	55.463	151.158	71.529	(3.794)
IRPJ / CSLL no Resultado	79.344	32.701	143.285	57.095
Tributos Correntes	79.871	548	176.511	1.986
Tributos Diferidos	(527)	32.153	(33.226)	55.109
Alíquota Efetiva	28,29%	4,02%	-40,79%	-6,63%

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. No exercício de 2014 a Companhia procedeu ao encontro de contas e a liquidação dos saldos habilitados como quirografários entre as empresas do grupo Inepar que se encontram em Recuperação Judicial, através da cessão de créditos entre as empresas, compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

A ratificação dos lançamentos foi aprovada pela Assembleia dos Credores realizada em 13 de maio de 2015.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2015:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas a Receber de		Mútuos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	766	-	-
Penta Participações Ltda	-	-	-	105
Inepar Equip. e Mont. S.A.	-	-	66.886	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	65.575	2.146
Inepar Telecom	-	-	252	-
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	-	183.491	-
Sadefem	-	-	45.239	-
TT Brasil	-	-	1.925	-
IESA Transportes	-	-	48.962	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Saldo RJ	-	-	2.146	-
Contas a Receber Empresas ligadas	-	-	4.585	-
Afac Companhia Brasileira de Diques S.A.	-	-	-	15.000
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	-	-	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.400	5.400
Afac Penta Participações S.A.	-	-	9.891	9.891
Afac Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	-	646	646
	-	766	541.091	33.194

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar		Mútuo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	-	-	32.969	1.101
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	1.993	-	-
IESA Óleo & Gás S.A.	-	-	61.827	55.984
Inepar Equip. e Mont. S.A.	-	-	270.085	270.085
Penta Participações e Investimentos Ltda	-	-	155.464	-
Demais Empresas	-	-	20	20
	-	1.993	520.365	327.190

	Passivo Não Circulante	
	Títulos a Pagar	
	31/12/2015	31/12/2014
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	3.161
	-	3.161

	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receitas Financeiras		Despesas Financeiras	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IESA Proj. Equip. Mont. S.A.	-	3.302	2.200	-
Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	-	-	-	642
IESA Óleo & Gás	-	739	246	6.985
Inepar Equip. Mont S.A.	-	599	-	-
Inepar Trading S.A.	-	1.370	-	-
Penta Participações Ltda	15	4.896	250	-
	15	10.906	2.696	7.627

No valor de R\$ 541.091, lançado no ativo não circulante estão inclusos os seguintes itens:

- Valor de R\$ 427.741 referentes aos passivos das empresas controladas e ligadas cujas dívidas foram convertidas em debêntures perpétuas e ou ações emitidas e ou a emitir pela Inepar.
- Valor de R\$ 81.274 referentes aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., que foram transferidos para a Inepar quando da venda da participação acionária da AHI realizada neste exercício. Estes créditos foram transferidos para as demais empresas do Grupo

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inepar para serem utilizados na liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014.

- c) Valor de R\$ 15.643 referentes aos valores registrados em contas de AFAC.
- d) Valor de R\$ 16.133 referentes a operações diversas.

Mútuos: a tabela a seguir, apresenta a movimentação de Mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

	Saldo 31/12/2014	Adições/ Baixas	Varição Monetária	Saldo 31/12/2015
ATIVO				
Empresas				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	66.886	-	66.886
AFAC - Companhia Brasileira de Diques S.A.	15.000	(15.000)	-	-
Penta Participações Ltda.	105	(120)	15	-
Inepar Administração e Participações S.A.	2.146	63.429	-	65.575
Inepar Telecom	-	252	-	252
IESA - Óleo & Gás S.A	-	183.491	-	183.491
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A.	-	106.087	-	106.087
Sadefem	-	45.239	-	45.239
TT Brasil	-	1.925	-	1.925
IESA Transportes	-	48.962	-	48.962
Inepar Adm. e Participações S.A. - Saldo RJ	-	2.146	-	2.146
Contas a Receber Empresas ligadas	-	4.585	-	4.585
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	-	9.891
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	-	5.400
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	-	6
AFAC - Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	-	646
	33.194	507.882	15	541.091
PASSIVO				
IESA - Óleo & Gás S.A (a)	55.984	5.597	246	61.827
IESA - Proj. Equip. Montag. S.A. (b)	1.101	29.668	2.200	32.969
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (c)	270.085	-	-	270.085
Penta Participações e Investimentos Ltda (d)	-	155.214	250	155.464
Demais Empresas	20	-	-	20
	327.190	190.479	2.696	520.365

- a) Refere-se aos valores a pagar decorrentes da compra de 86.659 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Diques pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, cujo crédito foi transferido para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial.
- b) Refere-se, principalmente, aos recebíveis registrados na controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A que foram envolvidos na negociação da venda da participação da Inepar na Andritz conforme descrito na nota explicativa nº 13.
- c) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- d) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S/A-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 24 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	31/12/2015		31/12/2014	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	-	27.270	402	28.474
Tributárias	359.384	37.428	122.519	7.423
Cíveis	62.960	3.799	193.312	185.260
	422.344	68.497	316.233	221.157

Trabalhistas – reclamationárias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 27.270 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

Cíveis – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Processo Itiquira

Visando o encerramento do litígio judicial entre Itiquira Energética S/A e a Inepar S/A Indústria e Construções, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em tramite perante a 34ª Vara Cível do Fórum Central da Capital, foi acordado que a empresa de seguros Swiss Re Corporate Brasil Seguros pagará a Itiquira Energética S/A. o valor de R\$ 35 milhões e se sub-rogará contra a Inepar no valor de R\$ 27,5 milhões. Caberá, portanto, à Inepar efetuar o pagamento de R\$ 27,5 milhões no prazo de 8 anos em parcelas mensais, o que resultou na reversão parcial da provisão de R\$ 141 milhões, lançada na conta “Provisões para contingências”.

Processo SPIE ENERTRANS

A Companhia foi condenada em um processo arbitral estrangeiro movido pela empresa italiana SPIE ENERTRANS, tendo a sentença já sido homologada no Brasil pelo Superior Tribunal de Justiça, estando neste momento em fase de execução perante a Justiça Federal de São Paulo, execução aquela que por sua vez continua suspensa em razão do deferimento do pedido de recuperação judicial da Companhia no último dia 15 de setembro pelo Juízo da Primeira Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Cível da Comarca de São Paulo - Capital. Este processo foi baixado do passivo da empresa em função da conversão da dívida em debêntures perpétuas e ou ações emitidas de acordo com o Plano de Recuperação Judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato com a Tupi BV / Petrobras

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A. – em recuperação a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

NOTA 25 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Refere-se à provisão do passivo á descoberto no montante total R\$ 392.371 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

NOTA 26 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Consbem	-	-	2.508	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	3.129	2.402
Delft	-	-	3.168	2.866
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas	9.842	3.901	12.777	6.172
TIISA	-	-	4.182	4.182
RTT Participações	-	-	4.379	4.781
Participações nos lucros propostos	-	-	3.485	5.739
Bressa Participações	-	-	5.710	1.977
Alstom	-	-	-	7.000
Gesempre Gestão Empresarial S.A.	-	-	20.884	-
Outras contas a pagar (c)	44.835	11.830	52.220	22.662
Indústria Verolme	-	15.000	-	15.000
Swiss Re Corporate (a)	23.773	-	23.773	-
Andritz Hydro (b)	68.595	-	68.595	-
	150.045	33.731	207.810	78.289
Circulante	134.072	18.635	185.894	57.252
Não circulante	15.973	15.096	21.916	21.037

- a) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- b) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.
- c) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 27 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social integralizado é de R\$ 407.299, formado por 86.123.467 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 155.272 e está assim composta:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 247.861 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R 3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

e) Créditos quirografários a converter

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 217.780. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$ 804.873, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial.

g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 28 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		REAPRESENTADO
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(89.772)	(496.339)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(111.325)	(285.098)
	<u>(201.097)</u>	<u>(781.437)</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	63.136
Quantidade de ações ordinárias emitidas	86.124	39.892
Total	<u>149.260</u>	<u>103.028</u>
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(1,422)	(7,861)
Ação ordinária	(1,293)	(7,147)

NOTA 29 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Vendas Mercado Interno	20.701	41.081	358.487	359.882
Vendas Mercado Externo	-	-	137.832	284.846
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-	(10.340)	(5.522)
(-) Impostos sobre as Vendas	(872)	(1.495)	(34.962)	(19.875)
Receita de Vendas	<u>19.829</u>	<u>39.586</u>	<u>451.017</u>	<u>619.331</u>

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 30 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões sobre prestações de serviços (a)	-	-	-	(40.568)
Ágio sobre investimentos (b)	(162.374)	-	(196.345)	(2.461)
Obrigações reconhecidas através de acordos (c)	(78.161)	-	(111.733)	-
Obrigações sobre processo Itiquira (d)	(27.500)	-	(27.500)	-
Alienação de investimentos (e)	11.345	-	9.820	12.696
Outros	(6.021)	(11.650)	(19.580)	(18.283)
Processos fiscais/tributários e trabalhistas (f)	-	(4.843)	(8.328)	(16.675)
Contratos da Inepar Equipamentos e Montagens S/A (g)	-	-	-	(23.368)
Ganhos não realizados sobre vendas de imóveis (h)	-	-	-	14.799
Receitas/custos de aluguel	10.136	1.517	10.637	3.263
Resultado da venda do imobilizado	-	4.726	(3.750)	(20.723)
	<u>(252.575)</u>	<u>(10.250)</u>	<u>(346.779)</u>	<u>(91.320)</u>

- a) Refere-se à provisão de valores correspondentes a prestação de serviços.
- b) O valor de R\$ 162.374, lançado na controladora no exercício de 2015, refere-se ao ágio apurado sobre as recompras de 44.997.530 ações preferenciais da Inepar Energia S/A, (sociedade incorporada) junto ao BNDESPAR, por conta do exercício de direito de venda estipulado no contrato “put option”. Este ágio estava fundamentado por expectativa de rentabilidade futura nas operações das Centrais Elétricas Matogrossense – Cemat. A baixa deste ágio está ocorrendo tendo em vista a alienação da participação acionária a favor do BNDES, e no consolidado está registrado também a baixa do ágio no valor de R\$ 33.971 referentes ao ágio sobre a compra da participação, em 2011, na TIISA – Triunfo Iesa Infraestruturas S.A. pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial que foi gerado em função da expectativa de rentabilidade futura. Em virtude da baixa de toda a participação da Companhia na TIISA, o ágio foi baixado neste exercício integralmente para o resultado.
- c) Refere-se a diversas obrigações contabilizadas neste exercício em função de acordos para a inclusão dos passivos no Plano de Recuperação Judicial.
- d) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital. A reversão da provisão, constituída em 31/12/2014 no valor de R\$ 141 milhões, está registrada no resultado do exercício a crédito na rubrica “Despesa com Provisão para Contingências”.
- e) Refere-se ao saldo líquido das alienações dos investimentos realizados neste exercício, principalmente, Tiisa e Andritz Hidro Inepar.
- f) Refere-se a diversos processos fiscais, tributários e trabalhistas que foram encerrados.
- g) Baixa de contratos da controlada Inepar Equipamentos e Montagens S/A que foram baixados em 2014, por conta do andamento dos processos.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- h) Baixa dos ganhos não realizados em 2014, referentes aos imóveis da controlada Iesa Óleo&Gás S/A, que foram transferidos para a Inepar. Estes imóveis foram devolvidos à Iesa em dezembro de 2014.

NOTA 31 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Despesas Financeiras				
Juros s/ímpostos e contribuições	(60.348)	(47.623)	(101.738)	(90.294)
Juros/Despesas bancárias	(28.273)	(92.239)	(58.333)	(200.788)
Fianças bancárias	-	(546)	(1)	(546)
Atualizações de Mútuos Passivos	(2.696)	(7.627)	(1.785)	(359)
Variação monetária passiva	(12.576)	(26.967)	(12.631)	(27.549)
Outras despesas financeiras	-	(44.072)	(15.093)	(48.055)
Ajuste conversão RJ (a)	(63.327)	-	(65.728)	-
Variações cambiais	(34)	(21)	(15.803)	(10.984)
	(167.254)	(219.095)	(271.112)	(378.575)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1.740	1.798	4.002	12.173
Receitas atualização debêntures	1.806	1.072	1.806	5.931
Juros auferidos	190	314	363	986
Deságio contratos BNDES (b)	88.331	-	88.331	-
Variações monetárias ativas	49	10.971	1.224	12.427
Atualizações de Mútuos Ativos	16	11.043	1.080	11.618
Outras receitas financeiras	7.690	92.113	53.199	119.395
Variações cambiais	137	75	6.512	12.249
	99.959	117.386	156.517	174.779
	(67.295)	(101.709)	(114.595)	(203.796)

a) O valor de R\$ 63.327, lançado em despesas financeiras refere-se, principalmente, ao processo arbitral estrangeiro movido pela empresa italiana SPIE ENERTRANS, tendo a sentença já sido homologada no Brasil pelo Superior Tribunal de Justiça. Este valor anteriormente estava lançado em conta de provisão de contingências e foi reclassificado em função da decisão da empresa em liquidar este passivo através do Plano de Recuperação Judicial.

b) O valor de R\$ 88.331, lançado em receitas financeiras na rubrica de deságio de contratos com o BNDES, refere-se ao item II do contrato de confissão e reescalonamento de dívida assinado com o BNDES neste exercício, onde consta que este pagamento seria dispensado caso ocorresse a amortização extraordinária do subcrédito "A" do referido contrato, fato que ocorreu com a alienação da participação acionária da Cemat ao BNDES em 11 de dezembro de 2015.

NOTA 32 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu “seguros performance”, que garantem o ressarcimento de até R\$ 111.098 de eventuais multas contratuais.

Principais coberturas/limites máximos de indenização validos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	174.000	De 10/10/2015 a 10/10/2016

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 174.000

NOTA 33 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Salários	2.229	4.204	92.520	167.464
Gastos Previdenciários	1.847	1.733	19.904	28.031
Participação nos resultados	58	230	58	230
Total	4.134	6.167	112.482	195.725
Número de Empregados	65	75	1.646	3.074

NOTA 34 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
Remuneração Conselho	1.731	300	1.769	332
Remuneração de Diretores	2.350	3.540	10.933	13.856
Previdência Privada	-	-	-	249
Total	4.081	3.840	12.702	14.437

NOTA 35 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado Em 31 dezembro de 2015	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	Iesa- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	144.233	21.008	24.559	306.520	496.320
Impostos/Deduções	(17.254)	(891)	(5.688)	(21.470)	(45.303)
Custos dos Produtos e Serviços	(98.705)	(11.420)	(14.083)	(155.519)	(279.727)
Margem Bruta	28.274	8.697	4.788	129.531	171.290

NOTA 36 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

	Controladora	
Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Clientes	21.752	16.699
AVP s/Clientes	(89)	(44)
Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber	21.663	16.655
Fornecedores	19.277	19.493
AVP s/Fornecedores	(120)	(47)
Saldo de Fornecedores	19.157	19.446

	Controladora	
Demonstração do Resultado	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente	(201.097)	(781.437)
	REAPRESENTADO	
Receita Bruta – Ajuste	(89)	(44)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	120	47
Receitas Financeiras		
. AVP Clientes	85	43
Despesas Financeiras		
. AVP Fornecedores	(108)	(27)
Ajuste dos Impostos Diferidos		
. Constituição do Ajuste	(78)	(1)
. Realização do Ajuste	(8)	(6)
Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente	(201.175)	(781.425)

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foram aprovados os seguintes itens:

- Grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, representadas por **149.259.626** (cento e quarenta e nove milhões, duzentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e vinte e seis) ações escriturais nominativas, sendo **86.123.467** (oitenta e seis milhões, cento e vinte e três mil, quatrocentas e sessenta e sete) ações ordinárias com direito a voto e **63.136.159** (sessenta e três milhões, cento e trinta e seis mil, cento e cinquenta e nove) ações preferenciais, sem direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal, na proporção de 20 (vinte) ações atuais para 1(uma) ação da mesma espécie e classe, permanecendo inalterado o valor do capital social e a

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectiva participação proporcional dos acionistas, bem como os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares.

- b) Alteração do limite do capital autorizado da Companhia, em decorrência do grupamento das ações constantes do item anterior.
- c) Transferência da sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Jurupis nº 455 - 10º Andar, Bairro Moema, CEP 04.088-001, para a cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto. 1101, 11º Andar, Centro, Cep. 80410-180, bem como constituir uma filial da Companhia no endereço de sua sede anterior.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Ricardo Woitowicz – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Marcelo Alves Varejão

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial (“Companhia” ou “Controladora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB - e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

www.bakertillybrasil.com.br



Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-011 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3800 e Fax: (11)5504-3805



BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES & CONSULTORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - continuação

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

www.bakertillybrasil.com.br



Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-011 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3800 e Fax: (11)5504-3805



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - continuação

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo – SP

Ênfases

i) Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial encontra-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Os efeitos das conversões das dívidas quirografárias, inclusive das empresas ligadas, em ações e debêntures perpétuas da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial foram refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2015, passivo à descoberto de R\$ 335.252 mil, prejuízo do exercício de R\$ 201.097 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 508.937 mil. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada IESA Óleo e Gás S.A. – em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobras

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo, pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. – em recuperação judicial, para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques e provisão para custos a incorrer. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - continuação

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

- iii) Mútuo a receber de pessoa ligada – Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 encontram-se registrados, no grupo de Partes Relacionadas, no Ativo Não Circulante, R\$ 45.239 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 176.266 nas demonstrações consolidadas, referentes à mútuos a receber da sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial. A realização destes saldos está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 13.071 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 72.264 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.- em recuperação judicial. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

- v) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando o estorno da reversão, realizada de forma inadequada no exercício de 2013, de passivos incluídos no Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) que não estavam em consonância com a referida Lei, bem como, o reconhecimento como despesa financeira dos juros incorridos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -continuação

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

no exercício de 2014 sobre esses passivos revertidos em 2013. Auditamos e concordamos com esse ajuste. O referido erro foi objeto de parágrafo no relatório de auditoria, com abstenção de opinião, que emitimos sobre as demonstrações originalmente apresentadas, conforme citado no tópico de “Outros Assuntos” deste relatório.

Outros assuntos

I) Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

II) Auditoria dos valores correspondentes – demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 originalmente apresentadas

Anteriormente fomos contratados para auditar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 2014 originalmente apresentadas. No entanto, devido à relevância e abrangência dos seguintes assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, que reproduzimos a seguir, emitimos relatório de auditoria, datado de 29 de abril de 2015, com abstenção de opinião sobre as referidas demonstrações contábeis. Os assuntos que nos levaram a essa abstenção foram: a) Recuperação Judicial – plano ainda não aprovado pelos credores até a emissão de nosso relatório; b) Mútuo a receber da empresa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, no montante de R\$ 131.026 nas demonstrações contábeis consolidadas, cuja realização somente poderia ser viável se o plano de recuperação fosse aprovado pelos credores, possibilitando assim a continuidade das operações da referida empresa; c) Debêntures a receber da empresa Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., nos montantes de R\$ 11.189 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 70.382 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. Como a Ibrafem tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, a realização desse saldo somente poderia ser viável se o plano de recuperação fosse aprovado pelos credores;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - continuação

Aos
Acionistas e Administradores da
Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial
São Paulo - SP

d) Encontros de contas de saldos quirografários entre empresas ligadas que foram contabilizados, cuja validade, contudo, dependia da aprovação do plano de recuperação judicial; e) Inexistência de saldos de passivo em 31 de dezembro de 2014 referente a Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), nos montantes de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, e da correspondente despesa financeira no resultado desse exercício, em função de sua indevida reversão no exercício de 2013; f) Impossibilidade de obtenção de evidências de auditoria sobre a adequação das quantidades registradas nos estoques da IESA Óleo e Gás – em recuperação judicial, empresa controlada indiretamente, e do respectivo saldo de R\$ 130.206 mil registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, em função do inventário físico dos mesmos ainda estar em andamento quando da conclusão de nossos trabalhos; g) Impossibilidade de obtenção de evidências de auditoria sobre a adequação do saldo de R\$ 52.155 mil registrado nas demonstrações contábeis consolidadas referente à participação minoritária da controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. – em recuperação judicial em negócios constituídos na forma de Consórcios.

São Paulo, 29 de abril de 2016.

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
CRC-2SP016754/O-1



EDUARDO A. DE VASCONCELOS
CONTADOR – CRC-1SP166001/O-3

www.bakertillybrasil.com.br



Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1461 - 4º e 12º andares - Cidade Monções
CEP: 04571-011 - São Paulo, SP - Tel.: (11)5504-3800 e Fax: (11)5504-3805



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES & CONSULTORES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos BAKER TILLY BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S. datado de 29 de abril de 2016, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados.

Curitiba, 14 de abril de 2016

Adrian Monge Jara

Camille Curi

José Higino Buczenko

Arthur Tornatore Siessere

Rubens Gerigk

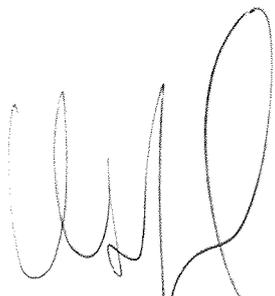


INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

DECLARAÇÃO

Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 76.627.501/0001-06, estabelecida na Alameda dos Jurupis, nº 455 10º Andar – Moema – São Paulo-SP, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 29 de Abril de 2016.



Warley Isaac Noboa Rimentel
Diretor Presidente



Irajá Galliano Andrade
Diretor de Relações com Investidores